



A UNIVERSIDADE POMBALINA

CIÊNCIA, TERRITÓRIO E
COLEÇÕES CIENTÍFICAS

ANA CRISTINA ARAÚJO
FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

**A CIÊNCIA COMO ESTRATÉGIA SOCIAL:
AS ATIVIDADES CIENTÍFICAS
DE DOMINGOS VANDELLI NAS REDES
CLIENTELARES DE PORTUGAL 1764-1788**

Gustavo Oliveira Ferreira

Centro de História da Sociedade e da Cultura (FLUC)
gustavocvelozo@gmail.com

1. Introdução

O Doutor Domingos Vandelli, italiano de nascimento, é conhecido entre os naturalistas por causa de alguns escritos, mas especialmente em virtude das suas relações com Lineu. Deve ter sido na sua juventude um homem dinâmico, que fez muito e tinha ambição de se tornar famoso. Seu professor de Botânica foi Pontedera. Sob Pombal foi chamado com outro Italiano, Dalla Bella, e veio para Lisboa na qualidade de intendente principal do museu real do Jardim Botânico. Tornou-se, além disso, vogal da Aula de Comércio e, através de muitas voltas, conseguiu um salário anual superior a 800 cruzados¹.

¹ *apud* Brigola 2010:73.

Poucos viajantes que passaram por Portugal no final do século XVIII deram informações tão precisas sobre a vida do naturalista Domingos Vandelli (1735-1816) como o prússio Henrich Friderich Link (1767-1851), em viagem a Portugal, onde se encontrou com o próprio Vandelli e outros naturalistas lusos da época, como Félix de Avelar Brotero (1744-1828), com quem trocou informações sobre a história natural portuguesa e seus “profissionais”. O relato de Link nos dá uma síntese muito reveladora sobre Vandelli chamando a atenção na direção de pontos importantes para a inteligibilidade da trajetória desse naturalista em Portugal, designadamente no que diz respeito à sua sociabilidade.

Ao usar a expressão “através de muitas voltas”, o naturalista evidencia que Vandelli era um homem bem relacionado junto ao poder régio e que, através dessas relações, obteve um salário anual elevado. Essa afirmativa nos levou a analisar a atuação de Domingos Vandelli no universo científico português da segunda metade do século XVIII, sob a ótica da nova história social das ciências, procurando compreender as atividades deste homem de ciências em seu meio social.

Parte dos trabalhos hoje desenvolvidos no âmbito da nova historiografia das ciências tem verificado que os produtores do conhecimento certificado são indivíduos dotados de versatilidade, atuando e interagindo, simultaneamente, em círculos científicos, políticos e culturais. Tal perspectiva tem como base a premissa de que a prática científica é uma atividade social e historicamente situada, e deve ser entendida em relação com o contexto em que é desenvolvida². Outro ponto importante dessa historiografia é a noção de que sucessos e fracassos científicos são resultados de negociações estabelecidas em determinados contextos socioculturais pelos “praticantes” das ciências. Tal ponto de vista tem reabilitando carac-

² Shapin 2000: 26.

terísticas importantes na construção e validação do conhecimento, como os embates, querelas e estratégias socioprofissionais, nuances inerentes a esse processo, anteriormente percebidos como questões secundárias ou mesmo desvios no desenvolvimento das ciências³.

À luz da nova historiografia, o nosso objetivo, no presente trabalho, tem como foco a atuação de Domingos Vandelli em Portugal na segunda metade do século XVIII e as influências do universo social na sua prática científica. Intentamos demonstrar que a atividade científica no referido período pode ser considerada como um dispositivo social, cumprindo muitas vezes funções locais, como a manutenção de laços sociais e o reconhecimento de relações de proteção, subordinação e homenagem. E que tal característica na ciência praticada por Vandelli foi uma estratégia decisiva nos espaços sociais que atuou, como a Corte Josefina, a Universidade de Coimbra e a Academia Real de Ciências de Lisboa.

2. Os italianos e a reforma educacional

A historiografia sobre o século XVIII português é enfática no que se refere às transformações ocorridas nas mentalidades decorrentes do desenvolvimento da racionalidade das Luzes. Dentro dessas alterações, que Hernâni Cidade (1929) chamou de “crise mental” estava presente o desejo de uma renovação cultural à luz do conhecimento racional da época. No bojo desse desejo de renovação, estava a valorização do conhecimento teórico e prático e dos novos métodos, que na opinião da época, dotariam o homem de

³ A historiografia das ciências externalista, influenciada pelos trabalhos do sociólogo Robert K. Merton, sempre se mostrou mais preocupada no estudo das forças que possibilitavam os sucessos científicos. Tal ponto de vista só veio a ser alterado com as contribuições de investigadores como David Bloor 1980, Steven Shapin 1985 e Simon Schaffer 1985.

esclarecimento, possibilitando o progresso do Estado e promovendo a felicidade e o bem público. Em Portugal a valorização desse tipo de conhecimento significou o incentivo do Estado na educação e na promoção do conhecimento racional. Ainda na primeira metade do século XVIII, no reinado de D. João V (1707-1750), o monarca já demonstrava interesse no desenvolvimento dessa nova mentalidade; um bom exemplo, foi a autorização régia dada aos Oratorianos para a abertura do Colégio de Nossa Senhora das Necessidades em 1745, onde vigorava um ensino voltado para o conhecimento empírico e para o experimentalismo⁴. Embora algumas iniciativas de renovação da educação tenham sido feitas no reinado de D. João V, ao longo dos anos persistia a ideia de alguns homens de letras como Luis Antonio Verney (1713-1792) e Teodoro de Almeida (1722-1804) entre outros, de que a renovação da educação deveria ser ampla e em todas as instituições de ensino portuguesas complementando disciplinas e práticas pedagógicas.

Embora a reforma educacional fosse um dos tópicos de discussão ainda na primeira metade do século, a grande reforma da educação só veio a ocorrer no reinado de D. José I (1750-1777), mais propriamente durante o período ministerial de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras (1699-1782). Foi durante esse período, diferente das percepções do reinado de D. João V, que a educação foi encarada como um dever público, destinando-se a manutenção de uma crença da ordem universal de valores que compatibilizassem o progresso humano de matriz cristã, com a finalidade técnica decorrente da utilidade social da ciência⁵. Para este fim, o Conde de Oeiras organizou uma junta composta por homens de letras de sua inteira confiança, consonante com as aspirações regalistas da sua política educativa.

⁴ Carneiro, Diogo e Simões 2000:73.

⁵ Araújo 2000: 9-10.

É neste contexto que surge, depois de um longo debate sobre o tema, a primeira instituição secularizada dedicada à educação da melhor juventude do reino, o Colégio dos Nobres em Lisboa. Seria nessa instituição que os meninos da nobreza receberiam as primeiras aulas de disciplinas, até então fora da grade curricular oficial, como a física e a matemática, servindo este modelo de parâmetro para outras instituições que se dedicavam ao ensino de habilitação à Universidade. Para o funcionamento do Colégio dos Nobres eram necessários mestres capazes de ministrar aulas das novas disciplinas, não existindo em Portugal, naquele momento, número suficiente de professores que se dedicassem ao estudo das ciências modernas e aptos para as lecionarem. A solução que se apresentava para sanar esse quadro deficitário, foi a da contratação de profissionais estrangeiros para que se completasse o quadro de professores da nova instituição. Tradicionalmente, Portugal já possuía estreitos laços com os reinos da península itálica como Nápoles, Veneza e Piemonte, possuindo nessas regiões representantes diplomáticos atuantes e que normalmente mediavam contratações de profissionais para a Coroa portuguesa. Dos diversos profissionais que atuaram em Portugal durante o século XVIII, provenientes dessas regiões, podemos citar: o músico Domingos Scarlatti (1685-1757) professor de música da infanta Maria Bárbara (1711-1758), o arquiteto Filipe Juvarra (1658-1736), responsável pelas obras do convento de Mafra, e os matemáticos Miguel António Ciera (fl.-1770) e João Ângelo Brunelli (1722-1804) que dirigiram os trabalhos matemáticos e cartográficos da Comissão demarcadora de limites no norte do Brasil, entre 1753-1761.

Desses profissionais destacamos o papel de Miguel António Ciera, que após término das atividades na colônia e retorno a Portugal, foi designado pelo Conde de Oeiras como colaborador na obra de fundação do Colégio dos Nobres. O papel de Ciera na organização institucional do Colégio e reforma do ensino português foi relevante, já que, juntamente com o ministro de D. José, entrou em contato

com Jacob Facciolati (1682-1769), reitor da Universidade de Pádua, solicitando sugestões para as alterações curriculares do ensino em Portugal⁶. Além de pedir sugestões, Ciera e o ministro chegaram a propor a contratação do reitor e a sua conseqüente deslocação para Lisboa, a fim de acompanhar de perto o lançamento do Colégio dos Nobres. Adicionalmente, solicitaram-lhe um exemplar dos estatutos da Universidade de Pádua, para serem usados como modelo na reforma que o ministro tinha *in animo* para Coimbra⁷. Facciolati declinou do convite, mas atendeu aos pedidos sobre as sugestões e enviou os referidos estatutos.

Por intermédio do cônsul de Portugal em Génova, Nicolau Piaggio(?), foram contratados na “Itália” os novos professores do Colégio dos Nobres indicados por Facciolati: Luís António Dalla Bela (1730-1823) e Miguel Franzini (?-1810) para assegurarem as disciplinas de matemática, álgebra e cálculo. Naquela época, havia, em Portugal, necessidade de incremento do ensino da matemática pois a contratação de matemáticos pela Coroa portuguesa revelava-se difícil dentro do reino. Os matemáticos atuavam como cosmógrafos e cartógrafos nas missões demarcadoras, possuindo um papel ativo no exército e na marinha, existindo um cuidado especial por parte da Coroa portuguesa ao escolher esses profissionais que demarcavam os limites dos domínios entre os impérios coloniais da época. Era importante que estes profissionais não fossem de impérios percebidos como concorrentes, Espanha, França, Inglaterra ou Holanda. Daí a política de realizar contratações em reinos tidos como neutros, sem interesses territoriais na América, como eram os estados e principados da península itálica ou do império germânico⁸.

⁶ Ferreira 2011:4.

⁷ Brigola 2008:41.

⁸ Durante boa parte do século XVIII, a Coroa portuguesa diligenciou a contratação de matemáticos; a primeira contratação destes profissionais ocorreu durante o reinado de D. João V, em 1720, para atualização das cartas geográficas da colônia

Embora com forte preocupação com as disciplinas de cálculo, foi contratado também Domingos Vandelli, médico, naturalista, especialista reconhecido no campo da química, história natural e do colecionismo, membro da Academia de Ciências de Pádua, correspondente do naturalista sueco Carlos Lineu (1739-1778).

3. Redes de Sociabilidade

Durante o período moderno era importante que os indivíduos que pretendessem cargos nas mais diferentes cortes da Europa estivessem inseridos dentro de redes de sociabilidade que possibilitassem o acesso a variados cargos e serviços demandados por nobres e monarcas. Em larga medida, a historiografia hoje produzida e que trata do período moderno, é enfática no que se refere ao estudo das sociabilidades e estabelecimento de uma cultura mecenática que funcionava de acordo com regras das relações clientelares. O mecenato e a clientela são estudados como uma forma fundamental de vinculação social e de organização hierárquica entre indivíduos socialmente diferentes, sendo frequentemente compreendido como relação de patrocínio e proteção, estabelecida entre profissionais prestigiados (cliente), mobilizados por indivíduos detentores de poder político (patrono) que por sua vez estavam ligados a uma fonte de poder maior (mecenaz)⁹.

As lógicas sociais do mecenato da Europa moderna, funcionavam de acordo com as normas associativas das relações clientelares, ou seja, pressupondo uma relação de trocas e dependências recíprocas.

portuguesa na América. Segundo Ferreira, em 1750, no contexto do tratado de Madrid, a carência em Portugal desses profissionais ainda se mantinha levando a Coroa a buscar outros matemáticos em Bolonha e Viena. Para mais detalhes ver Ferreira 2011: 3.

⁹ Ago 1990: 58.

Os bens envolvidos nessas relações não possuíam, muitas vezes, um valor econômico definido, o que torna difícil de constatar qual o real valor da “troca”, tendo em vista que o capital envolvido, muitas vezes era algo simbólico, podendo-se configurar em alianças políticas duradouras. As denominadas relações clientelares são compreendidas como relações sociais informais, onde existem agentes capazes de arregimentar um número significativo de indivíduos (clientes) e intermediar com estâncias superiores interesses mútuos, como entre um músico e um cardeal, um matemático e um príncipe, e, no presente caso, um homem de ciências e um soberano.

Participar de tais redes de clientela não pode ser compreendido como algo opcional, se tivermos em conta que este tipo de sociabilidade fazia parte da sociedade europeia, há séculos, não se restringindo a temporalidades e espaços estanques. No período moderno estar fora desse tipo de relação pode ser considerado como um “suicídio” social, pois era através dessas relações que eram viabilizadas certas mobilidades sociais, bem como a celebração de laços de sangue com famílias abastadas e prestigiadas. Também não pode ser compreendido como mero conjunto de estratégias e de relações racionais que visavam benesses exclusivamente econômicas, pois se acabaria por acreditar que os clientes eram indivíduos totalmente racionais e, no presente caso, empenhados numa espécie de programa de investigação, em função do qual tentavam manipular esse sistema. Em síntese, compreende-se tal forma de sociabilidade como parte integrante da cultura do Antigo Regime, incorporada na etiqueta, norma, educação e controlo de práticas sociais correntes¹⁰.

Dentro dessa instituição sem paredes, legitimada pelo costume, existiam deveres bem definidos para todas as partes envolvidas nesse tipo de relação social – dar, receber, restituir. Embora fossem atos considerados voluntários, eram realizados sob fortes imperati-

¹⁰ Biagioli 2003:17-19 e Xavier; Hespanha 2008: 339-349.

vos sociais. Caso uma qualquer obrigação decorrente de um desses compromissos de honra não fosse cumprida, pesados constrangimentos sociais recaíam sobre as partes implicadas na troca de favores¹¹. Esse tipo de sociabilidade fixava e constituía escalas sociais e reforçava hierarquias e estatutos numa sociedade normativa e fortemente verticalizada. Dentro dessas relações sociais, normalmente entre indivíduos socialmente diferentes, merece destaque o papel exercido pelo patrono como a figura de intermediação. Um cliente mais modesto não poderia abordar diretamente um mecenas mais poderoso; por exemplo, Vandelli não poderia abordar diretamente a rainha da Rússia, para conquista de um cargo na corte de São Petersburgo; então solicitava ao naturalista sueco Carlos Lineu, seu patrono científico, sua intervenção para que pudesse alcançar tal posto naquele reino¹².

Para que um cliente se candidatasse ao patrocínio era necessário que possuísse boa reputação, honra, e determinado prestígio pelas suas funções. Essas “qualidades” seriam abonadas pelo patrono junto ao mecenas e ambos garantiam ao cliente estabilidade social e proteção no exercício de suas funções. Em contrapartida, o cliente possuía o dever da gratidão, que deveria ser manifestada e evidenciada de forma pública. No presente caso, no universo científico, o oferecimento de uma obra era algo costumeiro ou, ainda, a nomeação dos resultados com o nome que referenciava o patrono e o mecenas da “descoberta científica”. O cumprimento dessas regras

¹¹ A quebra das obrigações sociais, dar, receber, restituir, poderia configurar como uma quebra de relações implicando em constrangimento das partes envolvidas. No caso de um cliente pouco agradecido, implicava em perda do patrono, e não reinserção em nova rede de influências. No caso de falta por parte patrono substanciava como perda de poder político e simbólico e a desarticulação da rede. Para mais detalhes ver: Gellner, Waterbury 1977; Pitt-Rivers 1963.

¹² As cartas trocadas entre Domingos Vandelli e Carlos Lineu entre 1759-1779 estão transcritas por Sílvia Moura 2008.

confirmava a ligação entre as partes e consolidava a relação entre indivíduos socialmente diferentes.

Na segunda metade do século XVIII, essas normas, herdadas do passado, regiam ainda as relações de sociabilidade entre homens de letras e ministros em quase toda a Europa, interligando diferentes grupos sociais e indivíduos com funções diferentes na sociedade. Nessas redes de sociabilidade é comum perceber as ligações de negociantes, arquitetos, músicos, escultores, pintores e outros profissionais a serviço do alto escalão político e religioso da época.

Homem de ciências de seu tempo, Vandelli também participou de tais redes de sociabilidade, como demonstram as cartas que trocou com Lineu a partir 1759, no período em que residiu em Pádua. Nessas missivas é possível perceber o desejo de Vandelli em ser contratado por alguma corte europeia, por via da intercessão do prestigiado naturalista sueco. Embora suas solicitações junto a Lineu não tenham resultado, presumimos que a sua contratação em Portugal esteja ligada ao empenho pessoal de Miguel Ciera junto ao Conde de Oeiras. Acreditamos que o empenho de Ciera na contratação do naturalista está relacionado aos resultados “secundários” da comissão demarcadora de limites, em que havia participado anos antes. Um de seus companheiros nessa missão, João Ângelo Brunelli, de retorno a Portugal, publicou na Academia de Ciências de Bolonha, importantes memórias sobre a natureza do Brasil, tendo como temas o fenômeno da Pororoca (1767), os usos da Mandioca (1767) e o rio Amazonas(1791)¹³. A persistência de Ciera na contratação de um

¹³ Assim como Miguel Ciera, João Ângelo Brunelli teve um papel importante no contexto português da segunda metade do século XVIII. De retorno a Portugal publicou as memórias, *De Mandioca* 1767, *De Pororoca* 1767 e *De Flumine Amazonum*, 1791 nos periódicos da Acadêmia de Ciências de Bolonha. Além da escrita das memórias sobre a história natural da América portuguesa é de sua autoria a tradução para o português da obra “*Elementos de Euclides dos seis primeiros livros e undécimo, e duodécimo da versão latina de Frederico Commandino adicionados e ilustrados por Robert Simson... e traduzidos em português para uso do Real Colegio dos Nobres 1768*”, adotados nas aulas do Colégio dos Nobres, onde

naturalista pode ainda ser observada na carta de Nicolau Piaggio ao Conde de Oeiras enviada de Génova, a 16 de Maio de 1764:

O apresentador desta será (...) o Dr. físico Domingos Vandelli, que vem ai aos pés de Vossa Ex.^a, em vigor das ordens que da esse Dr. Miguel Ciera [sic] por parte de Vossa Ex.^a lhe foram dadas, para ter a honra de se empregar por um dos professores nesse Real Colégio, à teor das cartas do dito Dr. Ciera, que me apresentou. Como o referido Dr. Vandelli alem de ser pessoa muito civil, filho do celebre Francisco Vandelli professor na universidade de Pádua, é muito erudito, e capaz, estas suas prerrogativas, me fez tomar à Confiança de suplicar à Vossa Ex.^a de lhe acordar á sua alta proteção¹⁴.

Com o sucesso dos esforços de Ciera, Vandelli viajou para Lisboa, onde o ministro se tornou seu principal patrono, garantindo a sua proteção e a continuidade dos seus trabalhos em Portugal.

Após chegar à capital portuguesa, Vandelli retomou o contato com Lineu, enviando uma remessa substancial de amostras de géneros naturais lusos para Suécia. Em resposta, o naturalista, que revela alguma animosidade em relação a outro correspondente que tinha em Portugal, espera receber de Vandelli mais informações sobre a história natural lusa. Segundo Lineu, “depois que a Europa inteira foi calcada pelos pés dos botânicos, resta agora somente Portugal, terra próspera que merece a alcunha de Índia da Europa”¹⁵.

Na correspondência entre os naturalistas, eram constantes as trocas de amostras da história natural, de informações científicas

também lecionou ao lado de Ciera, Dalla Bella e Franzinni. Para maiores detalhes ver: Papavero et al 2010: 493-533.

¹⁴ ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, Caixa 66, Maço 77, 1.º

¹⁵ Moura 2008: 58-59.

e também de favores. Embora boa parte dos trabalhos sobre as relações entre homens de ciências tenham ressaltado a troca de amostras como cortesia entre os membros da República das Letras, em nossa perspectiva essas trocas obedeciam também às regras de clientela da época – dar, receber, restituir. Essa movimentação pode ser observada no conteúdo das cartas trocadas entre Vandelli e vários de seus contatos. No caso da correspondência com Lineu tal prática fica ainda mais evidente: um diamante bruto do Brasil enviado por Vandelli era motivo de solicitação de algumas lâminas confeccionadas em Uppsala. Um espécime botânico raro, não classificado, proveniente das ilhas portuguesas no Atlântico rendeu a Vandelli maior prestígio junto do seu patrono científico, que, no diapasão das relações de clientela, demonstrava a sua gratidão homenageando o seu cliente, no batismo de um novo espécime, com o nome *Dracaena Vandelli*, o reconhecido *Dragoeiro*¹⁶. A par desta relação, o naturalista manteve-se membro da rede de clientela de Lineu, dado que esse tinha interesse em continuar recebendo as amostras oriundas de Portugal e das colônias portuguesas e, por outro lado, Vandelli precisava de Lineu para lhe garantir prestígio internacional, além de outros favores¹⁷.

Fazer parte de uma rede clientelar não quer dizer que o cliente ou patrono participassem de um único círculo, ambos poderiam participar de vários círculos ao mesmo tempo, contanto que tal não representasse constrangimento a nenhuma das partes. Cada elo desse emaranhado social deve ser observado como um indivíduo capilar, capaz de fazer múltiplas ligações, o que garantia a cada membro um maior trânsito social e, principalmente, segurança, no caso do desaparecimento de um centro poder, o que acontecia com regularidade no período. Como se percebe Vandelli passou a articular-se com

¹⁶ Moura 2008: 88-89.

¹⁷ Moura 2008: 69-70.

duas redes de clientela, uma científica onde Lineu era o patrono, e outra política, onde o Conde de Oeiras era seu protetor, em nome do mecenas D. José I. Como cliente de duas redes distintas, Vandelli devia obediência simultânea aos dois patronos. Boa parte de seus trabalhos e publicações exemplifica os compromissos de fidelidade e obediência que contraía.

4. A divulgação da História Natural na Corte Josefina

Tendo chegado a Portugal em 1764 sem um cargo formal definido, já que o seu nome não constava sequer na lista dos professores do Colégio dos Nobres, é de crer que, num primeiro momento, Vandelli se tenha empenhado na divulgação da história natural na Corte Josefina. O naturalista foi-se aproximando da nobreza da época e da alta burguesia, cujos membros, por interesse ou diletantismo, cultivavam a história natural e conheciam a sua utilidade, como Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa (1716-1788), Marquês de Angeja, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), e Gerard de Visme (1725-1797), entre outros personagens importantes do universo político e cultural da época. Durante os primeiros anos em Portugal, Vandelli atuou como um divulgador da história natural na Corte, justificando a utilidade do campo para a economia e demais artes, tônica sempre presente em seus escritos.

Embora Vandelli tenha encontrado alguns nobres afeitos e receptivos à história natural, de maneira geral a sociedade portuguesa da época não estava convencida das vantagens do desenvolvimento da nova área de conhecimento. Em Portugal, assim como em toda a Europa, no referido período, a história natural não possuía o reconhecimento unânime de sua utilidade, sendo alvo de significativas críticas, quando não era reputada como um entretenimento cortês.

inútil. Sobre essa atmosfera em Portugal comentava Vandelli, em carta a Lineu:

A RAINHA aprecia a história natural. Grande administrador deste reino, nosso colega, de Oeiras, reconhece sua utilidade e grandeza. Mas o vulgo daqui considera a história natural mera curiosidade, e quase todos julgam o estudo adequado apenas para que horas sejam gastas e que hajam algum deleite para alma, não creem que a utilidade percebida por esse estudo possa ser grande a ponto de ele dever cultivado por muitos¹⁸.

Esse tipo de visão da história natural como sendo ridícula ou inútil era um lugar-comum no século XVIII, e, por mais estranho que pareça, até mesmo Lineu sofreu duras críticas sobre a utilidade dos seus estudos, o que levou o seu discípulo Christopher Gedner a justificar:

Uma pergunta sempre é feita, uma objeção é sempre colocada a aqueles que se mostram curiosos acerca da Natureza. Essas pessoas perguntam muitas vezes, com riso trocista: “para que serve?”... elas pensam que a filosofia natural tem que ver somente com uma satisfação da curiosidade ou apenas uma distração para passar o tempo de pessoas preguiçosas e desmioladas¹⁹.

Embora na segunda metade do século XVIII os museus e jardins fossem vistos pelos especialistas como instituições vocacionadas para o estudo sistemático da natureza, para a maioria dos seus utilizadores estes lugares, que enquadravam o convívio cortesão, satisfaziam, acima de tudo, o deleite e a curiosidade dos cultores do mundo

¹⁸ Moura 2008: 69-70.

¹⁹ *apud.* Outran 1972: 84.

natural. Esta linha de sensibilidade, sendo dominante, influenciou a visão de muitos membros da sociedade, acabando por matizar o juízo produzido sobre aqueles que praticavam a história natural.

Neste contexto, a “contratação” e a permanência de Vandelli em Portugal podem ser consideradas no âmbito das iniciativas da política ministerial portuguesa, tendentes à reforma das instituições de ensino. Era importante que, mesmo sem uma função ou local social definida, o naturalista permanecesse em Lisboa, à disposição da Coroa e do ministro de D. José. Vandelli atuava assim como consultor de assuntos científicos e como divulgador da história natural no interior da sociedade, colocando Lisboa nas principais redes de conhecimento científico da época. Embora, numa primeira fase, não tivesse um cargo atribuído ou mesmo uma função definida, o naturalista não descurou de seus estudos, iniciando a inventariação da história natural de Portugal, em conformidade com a classificação sistemática lineana.

A consulta da correspondência que trocou com Lineu revela bem o empenho de Vandelli na construção de uma história natural portuguesa, desígnio que Lineu louvava, já que pouco se sabia da natureza lusa, faltando livros sobre o tema; os poucos existentes eram considerados ultrapassados e obscuros²⁰.

Somente em 1768 Vandelli celebrou o primeiro contrato formal com a Coroa portuguesa, recebendo a incumbência da construção de um jardim botânico anexo ao estabelecimento de um museu de história natural no Palácio de Ajuda, residência oficial de D. José I. Tal fato é relevante e pode ser considerado como o primeiro passo para o início do reconhecimento da legitimidade cognitiva da história natural e sua utilidade em Portugal. Com essa ação a Coroa tornava patente o compromisso de incentivar os conhecimentos úteis,

²⁰ Moura 2008: 58.

construindo no palácio real espaços dedicados ao estudo sistemático das ciências.

Com a ajuda de outro “italiano”, Júlio Mattiazzi, contratado pela Coroa portuguesa por solicitação de Vandelli, foi iniciada a construção do espaço museológico e botânico no Palácio de Ajuda. Para o efeito, Vandelli reuniu as mais variadas produções para exposição no Real Museu e no Jardim Botânico, oriundas da Europa e das colônias portuguesas, mostra grandiosa que chegou a ter cerca de 5 mil espécies diferentes e oriundas de variadas regiões do mundo²¹. A organização desses espaços demandava uma atuação mais ampla e uma maior articulação entre Vandelli e outros indivíduos, tais como administradores coloniais, capitães de navios e demais pessoas que poderiam possibilitar a aquisição de exemplares dos três reinos da natureza. Resultado dessa articulação é a ligação que Vandelli estabeleceu com Luís Pinto de Sousa Coutinho, naquela altura governador da Capitania de Mato Grosso no Brasil, com o qual se correspondia. As cartas recebidas por Vandelli mostram a deferência com que o Capitão General do Mato Grosso tratava o naturalista e lhe solicitava alguns favores, como, por exemplo, usar de sua influência junto ao Mordomo Mor de D. José I, Marquês de Angeja, requisitando o seu regresso ao reino por não gozar de boa saúde nos trópicos²². Normalmente tais pedidos vinham acompanhados por grandes remessas de géneros naturais, plantas secas e vivas, sementes, animais conservados em cachaça e algumas produções dos indígenas daquela região do Brasil, destinados ao Real Museu e ao Jardim Botânico, sendo expedidas sempre ao cuidado de Vandelli. Ainda nessa documentação se atesta que o naturalista possuía um ótimo trânsito no Palácio Real e um acesso significativo a muitos nobres em cargos de relevo.

²¹ Cardoso 2003: 51-58.

²² AHMB, CN/B-93 Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Vandelli.

Transitar no alto escalão das Cortes não era algo simples, principalmente quando se tratava de um filósofo ou homem de ciências. De maneira geral as Cortes europeias do período moderno são consideradas como uma formação social na qual estão definidas maneiras específicas das relações entre os sujeitos sociais que constituíam esses espaços. Era nas Cortes principescas que as dependências recíprocas eram legitimadas engendrando códigos de conduta e de comportamentos específicos a serem seguidos pelos membros dessa sociedade²³. Dentro da Corte a vida coletiva era ritualizada pela etiqueta, delimitando as áreas de atuação de seus membros e reforçando hierarquias sociais e poderes simbólicos. Nesse universo, cada membro desempenhava o seu papel de acordo com a etiqueta pertencente ao seu estamento, diferenciando marqueses, condes e viscondes, o que tornava a Corte um ambiente restrito a nobres, aristocratas, fidalgos e o alto clero²⁴. Não era comum o acesso de homens de ciências nas Cortes, ou reconhecidamente com este “título”, normalmente os sábios/filósofos eram contratados para funções específicas em espaços delimitados, como o ensino aos jovens príncipes ou para alguma apresentação de inovações técnicas, configurando uma espécie de entretenimento cortesão. Para que o acesso permanente fosse concedido era necessário que o filósofo tivesse o domínio rigoroso da etiqueta cortesã e seu cerimonial que o permitisse fazer “antecâmaras” com os nobres de primeira Grandeza.

Segundo tal etiqueta, normatizada por vários moralistas como Baltazar Gracián (1601-1668) em seu livro *Agudeza y Arte de Ingenio* de 1644, existiam formas adequadas de falar, pensar e agir no

²³ Elias 2011:10.

²⁴ Embora a Corte seja considerada um espaço social fechado, frequentado por nobres, fidalgos e clérigos, havia também um grande número de criados responsáveis pelas várias tarefas do Palácio. Estes funcionários subdivididos em categorias, também obedeciam a normas rígidas circulando em espaços delimitados do palácio. O livre acesso, ou *Libré* no caso da Corte francesa, era um benefício específico, concedido apenas à guarda pessoal do monarca. Ibidem:143.

ambiente de Corte, estabelecendo que o cortesão deveria ser prudente, agudo e discreto em suas palavras e gestos. Outro moralista que tratava das maneiras na Corte, principalmente no que diz respeito aos filósofos e homens de ciências, é Matteo Pellegrini (1595-1652), autor de *Che al Savio è convenevole il Corteggiare libri IIII* de 1624. Neste livro dedicou um capítulo ao tratamento do comportamento do filósofo em ambiente de Corte, intitulado “As Qualidades do Sábio que são inconvenientes para o Cortesão”. No texto, Pellegrini dizia que os filósofos teriam poucas possibilidades de obter favores dos príncipes se mantivessem as “maneiras rígidas e aparência rude”. Sublinhando que o filósofo “pouco acostumado em apreciar o prazer, evita-o e, ao fazê-lo, aborrece aqueles[príncipes] que pelo contrário o procuram.” Pellegrini aconselhava o filósofo que aspirava frequentar a corte a não aborrecer o príncipe com questões sofisticadas e fastidiosas sobre assuntos de Estado²⁵. O filósofo cortesão deveria ser dotado de sensibilidade, falar, agir e atuar dentro dessa etiqueta, e seus trabalhos deveriam refletir as normas de aceitação da Corte, diluindo a aridez das questões investigadas aos formatos típicos da “literatura” do Antigo Regime.

Creemos que Domingos Vandelli conhecia bem esse padrão de etiqueta. Embora a sua família não possuísse títulos nobiliárquicos, alguns dos seus familiares mantinham ligações estreitas com prestigiadas famílias da “Itália”, o que nos faz crer que o médico naturalista foi educado dentro das regras impostas pelo convívio social da nobreza. Vandelli era, portanto, um homem de ciência, cortesão versátil, próximo da nobreza portuguesa e bem relacionado com comerciantes importantes, como o inglês Gerard de Visme. Para além do mais, mantinha ativa correspondência com muitos naturalistas internacionais, como Lineu e Joseph Banks (1743-1820).

²⁵ Biagioli 2003: 126.

Na sua primeira publicação científica em Portugal, resultante de suas atividades como Intendente do Real Museu e Jardim Botânico de Ajuda, é possível anotar os primeiros sinais do compromisso cortesão estabelecido por Vandelli na Corte de Lisboa. O trabalho em referência, produzido nos alvares da sua estadia em Portugal, veio à luz do dia com o título *Fasciculus Plantarum, cum novis generibus et speciebus*, tendo sido impresso na tipografia Régia, em 1771.

Neste pequeno livro, merecem destaque os novos géneros botânicos classificados, descritos e nomeados por Vandelli, nomeadamente: *Bragantia*, *Pombalia Ipecacuanha*, *Angeja* e *Balsamona Pinto*. Essas nomenclaturas são homenagens muito claras a pessoas importantes do xadrez social em que se movia Vandelli. Teve ainda o cuidado de apresentar os novos géneros botânicos respeitando na atribuição da respectiva nomenclatura a posição relativa de cada indivíduo da Corte portuguesa. O primeiro novo género descrito, nomeado e apresentado na publicação, é o *Bragantia*, em homenagem a casa real de Bragança e, portanto, em homenagem ao Rei D. José I²⁶. Na sequência, é apresentado o género *Pombalia Ipecacuanha* que representa, sem dúvida, uma homenagem e um louvor ao ministro Marquês de Pombal, e que mencionado a seguir à casa real²⁷. Depois é apresentado o género botânico *Angeja*, em homenagem ao Marquês de Angeja²⁸. Por último, é apresentado o género *Balsamona Pinto*, em louvor de Luís Pinto de Sousa Coutinho²⁹.

Vandelli foi muito cuidadoso na apresentação e na nomenclatura dos novos géneros botânicos, cumprindo as regras sociais da época e agradecendo ao Rei e ao ministro a sua contratação, e ainda

²⁶ Vandelli 1771: 6.

²⁷ Ibidem:7.

²⁸ Ibidem:13.

²⁹ Ibidem:15.

referendando colaboradores de peso, como é Luís Pinto. Além de obedecer às regras sociais, Vandelli também usou de maneira consciente as normas da produção intelectual da época, pois a apresentação deste volume foi arquitetada conforme as normas que regulavam as “Artes”³⁰, ou seja, usando recursos retóricos como o engenho e a agudeza, no sentido de agradar ao leitor cortesão.

O uso de recursos retóricos por homens de ciências que atuaram dentro das lógicas do mecenato, embora pouco explorado, parece ter sido corrente, como recentemente destacou Mario Biagioli, a respeito de Galileu Galilei (1564-1642). Boa parte dos textos científicos, apresentações e missivas do pensador italiano foram elaborados no respeito pelas melhores regras da retórica. Segundo Biagioli, Galileu percebia que sua produção científica era algo nobre, não uma arte mecânica ou menor, como era percebida até ao seu tempo. O uso de artifícios retóricos como o engenho e a agudeza na escrita científica, distinguia o homem de ciência na corte, pois elevava o debate e era considerado um recurso elegante³¹.

Vandelli na corte portuguesa não foi diferente, utilizando todo o repertório cerimonial na apresentação e deitando mãos aos recursos retóricos na construção de seu pequeno livro. Das normas retóricas utilizadas por Vandelli destacamos o da agudeza, característica de pessoas de alto grau de erudição e logo de elevada condição social. A agudeza é definida por João Adolfo Hansen como “metáfora resultante da faculdade intelectual do engenho, que produz como o “belo eficaz” ou efeito inesperado de maravilha que espanta, agrada e

³⁰ No referido período, o conceito de Arte é definido por Rafael Bluteau como “regras, e methodo, com cuja observação se fazem muitas obras uteis, agradaveis, e necessarias à Republica”. Sendo subdividida em dois tipos, Artes Liberais e Mecânicas. Das Artes Liberais faziam parte a Gramática, a Retórica, Lógica, Aritmética, Música, Arquitetura e a Astronomia. As Artes Mecânicas, eram compreendidas como artes menores, mas não menos úteis: Agricultura, Caça, Guerra, ofícios fabris em geral e a Cirurgia. Bluteau 1728: 573.

³¹ Biagioli 2003: 123.

persuade” – e subdividida em: “A) agudeza de “conceito”, que supõe a “sutileza do pensar”, ou, especificamente, o ato do entendimento que descobre correspondências inesperadas entre coisas; B) agudeza de “palavra” ou “verbal”, que consiste nas correspondências inesperadas estabelecidas entre as representações gráficas, sonoras e conceituais; C) agudeza de “ação”, relativa a sentidos agudos produzidos por gestos engenhosos³².”

Lançando mão da agudeza de conceito, Vandelli faz a comparação entre planta e o personagem homenageado, numa clara demonstração de que a planta e o indivíduo partilham qualidades semelhantes. O caso da *Pombalia Ipecacuanha*, com a qual Vandelli homenageou Pombal, pode ser considerado o caso mais evidente.

A Ipecacuanha era um género botânico muito procurado por suas propriedades medicinais. Embora a planta tenha sido descrita ainda no século XVII, pelo “naturalista” flamengo Willem Piso (1611-1678) e pelo alemão Georg Marcgraf (1610-1644), na época da dominação neerlandesa no Nordeste da colônia portuguesa na América (1630-1654), ainda não se sabia, ao certo, qual era, de facto, a planta que fornecia a raiz medicinal³³. A Ipecacuanha era usada nas boticas da Europa como remédio para várias moléstias e, sobretudo, no controle de febres, sendo produto muito comercializado. Vandelli ao observar tais qualidades medicinais da planta, que julgava ser a Ipecacuanha, de forma muito aguda, comparou tais propriedades com a política do Marquês de Pombal. Dessa forma, fica-nos a consideração do naturalista de que o remédio dos males de Portugal era a política pombalina.

Evidentemente esse tipo de recurso retórico pressupunha um leitor capacitado para perceber toda a versatilidade, perspicácia e agudeza de quem propõe o efeito. Neste caso, Vandelli dirigiu expressamente o seu livro ao universo cortesão, nele envolvendo,

³² Hansen 2000: 317-342.

³³ Lopes, 1879: 32.

como destinatários, nobres, fidalgos e naturalistas. A sua estratégia foi bem sucedida, pois em carta datada de 1 de julho de 1772, Lineu felicitava Vandelli pela publicação do livro, com as seguintes palavras: “Recebi tua carta com plantas raras e o *Fasciculus Plantarum*, por ambos rendo-te os maiores agradecimentos. Este seu fascículo agradou-me, não apenas pelas plantas raras, mas sobretudo pelas perspicazes descrições.”³⁴

Embora o impresso tenha saído em pequeno formato, Vandelli procurou produzir uma obra mais volumosa, compilando um número significativo de espécies inventariadas entre 1765 e 1771, desejo que não chegou a concretizar, apesar de reconhecer que o ministro de D. José I aguardava também pela publicação de uma obra mais ampla e completa³⁵.

O *Fasciculus Plantarum* tinha uma dupla função, divulgar a história natural em Portugal e, principalmente, no exterior, recolocando Lisboa no mapa da ciência da época, não só como fornecedora de amostras da história natural, mas também como centro produtor de conhecimento científico moderno, garantindo, deste modo, o autor reconhecimento junto da Corte portuguesa pela publicação da referida obra.

Como não poderia deixar de ser, o livro gerou algumas reações no universo científico europeu da época. Tenha-se em vista o citado género da Ipecacuanha, até então não identificado de forma cabal, o que acarretou uma certa disputa por parte dos naturalistas que disputaram aquela classificação e nomenclatura. O naturalista Daniel Wickman (1741-1803), sob a orientação de Lineu, promoveu uma revisão dos estudos realizados até àquele momento sobre a planta, e acabou por concluir que a Ipecacuanha fazia parte do género *Viola*. No trabalho de Wickman, datado de 1774, a identificação de

³⁴ Moura 2008:105.

³⁵ Idem Ibidem: 63.

Vandelli é constantemente citada, sendo mesmo considerada importante no seu estudo a localização da espécie descrita por Piso.³⁶ Ressalte-se que o trabalho de Wickman e Lineu também foi revisto por outros botânicos ao longo do século XIX, visando corrigir as diversas observações e as classificações sobre a planta. Embora o táxon *Pombalia* tenha sido substituído oficialmente, permanece até hoje como sinônimo da Ipecacuanha branca³⁷.

À medida que a consolidação dos espaços no palácio de Ajuda avançava, Vandelli, com o prestígio em alta na Corte, vai participar, em 1772, de outro projeto da Coroa portuguesa, sem deixar o cargo que ocupava na direção do Museu e Jardim Botânico de Ajuda, sendo destacado pelo ministro de D. José I para auxiliar na reforma da Universidade de Coimbra.

5. A Universidade de Coimbra e as oportunas propostas

No período ministerial de Sebastião José de Carvalho e Melo, são observadas, nas várias instituições de Portugal, alterações significativas. Na linha do despotismo esclarecido adotado pelo ministro, o fortalecimento do poder real foi sentido nas instituições que até aquele momento possuíam alguma autonomia. Importante instituição no contexto cultural português, a Universidade de Coimbra também sentiu de maneira significativa a política ministerial e a interferência do poder da Coroa na sua administração interna. Como já foi referido, o Marquês de Pombal planejava uma reformulação de todo o sistema de educação português. Os primeiros passos dessa reforma visaram a reformulação do ensino secundário e reflectiram-se,

³⁶ Wickiman 1774: 8.

³⁷ Para maiores detalhes verificar *Pombalia Ipecacuanba Vand.* nos sites das bases de dados, Tropicos.org (*Missori Botanical Garden*) e theplantlist.org (*Kew Gardens*) último acesso em 23/03/2016.

depois, na criação do Colégio do Nobres. Esta trajetória sinaliza-se ainda melhor se levarmos em conta o pedido dos estatutos da Universidade de Pádua a Faciolatti, em 1760, e a redação da *Dedução Cronológica e Analítica*, em 1768.

Para execução desses levantamentos e andamento das reformas educacionais e institucionais, o ministro contava com colaboradores da sua inteira confiança e que faziam valer seus interesses. As primeiras iniciativas concretas tomadas por Carvalho e Melo no que se refere à Universidade de Coimbra foram a nomeação de Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1822) para o cargo de reitor, em 1770. Tal nomeação deve ser vista como um passo importante para a execução da reforma universitária, e deve ser percebida como primeira abertura da universidade às redes de clientela do Marquês de Pombal, que a partir daquele momento tinha um representante com mandato de reformador no principal cargo da instituição. Desse modo, a Universidade deve ser vista como mais uma ferramenta de Estado. A partir daquele momento o Reitor da Universidade de Coimbra, era um agente com dupla função, representava os interesses da Universidade junto a Coroa e, simultaneamente, os interesses do Estado dentro da instituição. A partir da reforma pombalina houve uma reformulação no conceito de Universidade, como observa Francisco de Lemos, a instituição não era mais percebida como um organismo fechado em si mesmo, mas parte integrante do Corpo do Estado³⁸.

Além da nomeação para o cargo de Reitor, D. Francisco de Lemos também foi convocado para compor a Junta da Providência Literária, conselho criado para avaliar o estado do ensino praticado na Universidade de Coimbra e que recebeu também o encargo de

³⁸ Essa visão expressa pelo Reitor Reformador reitera a subordinação da corporação acadêmica ao poder político e a tutela do Estado, como já salientado por Araújo, Ana Cristina 2000: 37-38

redigir os novos estatutos da instituição. Dessa junta faziam parte, D. João Cosme da Cunha, Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, José Ricalde Pereira de Castro, José de Seabra da Silva, Francisco António Marques Giraldes, Francisco de Lemos, Manuel Pereira da Silva, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho além do próprio Marquês de Pombal. Embora oficialmente composta por estes homens de letras e de poder, a Junta recebeu auxílio de outros indivíduos, não nomeados oficialmente, como José Monteiro da Rocha (1734-1819) e Domingos Vandelli, cuja colaboração foi fundamental para a elaboração do tomo III, dedicado às duas faculdades Maiores recém criadas na Universidade, Matemática e Filosofia³⁹.

A reforma da Universidade de Coimbra tem sido considerada pela historiografia luso-brasileira como momento inaugural da institucionalização da ciência moderna em Portugal, pois é a partir de 1772 que as ciências físico-matemáticas de base experimental passam a compor, oficialmente, a malha curricular daquela instituição. Configura, igualmente, o reconhecimento sociocognitivo da história natural como campo de conhecimento legítimo e digno de ser lecionado na Universidade de Coimbra e impõe a validação social do conhecimento que produz, consignando estatutariamente as profissões de matemático e naturalista⁴⁰.

Nos compêndios dos estatutos, foi apresentado um renovado programa de instruções, pautado pelas modernas concepções de humanidades e ciências em voga na Europa setecentista. As quatro áreas de formação pré-existentes foram reestruturadas: a esfera de atuação da Teologia foi redefinida, dela se separando a Filosofia e a Moral; a Jurisprudência Civil e Canônica foram atualizadas. No que

³⁹ Brigola 2004: 41.

⁴⁰ Embora a Coroa portuguesa contratasse matemáticos, internamente não havia documento que reconhecia oficialmente essa como profissão. O reconhecimento profissional do matemático só veio a partir de 1772 na letra dos novos estatutos da Universidade de Coimbra. *Estatutos 1772*: T.III, 1772: 7.

se refere o ensino das ciências foram criadas duas novas faculdades, a de Filosofia, abrangendo a Filosofia Racional e Moral e a Filosofia Natural, e a faculdade de Matemática. Além da criação das novas faculdades e cursos, os novos estatutos determinavam a construção de novos espaços destinados às aulas práticas, um observatório astronômico na Faculdade de Matemática, um Gabinete de História Natural, um Jardim Botânico, um Gabinete de Física Experimental e um Laboratório Químico na Faculdade de Filosofia. Além desses espaços, os estatutos ainda mencionam a fundação de uma associação de homens de ciências, a Congregação Geral das Ciências, no intuito de se discutir os avanços científicos e sua implementação na Universidade de Coimbra⁴¹.

Nas novas faculdades foram alocados os professores, João António Dalla Bella, Miguel Franzini e José Monteiro da Rocha, responsáveis pelas disciplinas de matemática e física, e Domingos Vandelli para as cadeiras que compunham Filosofia Natural: história natural, zoologia, botânica, mineralogia e química. Em conformidade com os novos estatutos universitários, Vandelli iniciou as aulas nas disciplinas adotando sempre os livros e procedimentos de Lineu, já que os estatutos delegavam ao lente dessas cadeiras a eleição dos autores mais indicados para o ensino das novas ciências⁴². Vandelli possuía uma significativa liberdade dentro da universidade, era próximo do reitor e de importantes figuras políticas da época, possuindo o título de Lente proprietário das disciplinas que lecionava, nelas lecionando os Filósofos que julgava ser os mais adequados e propondo atividades de campo aos alunos da instituição com o aval do reitor.

Além das aulas, Vandelli se engajou na construção dos novos espaços destinados às aulas práticas. Em 1773, juntamente com Dalla Bella, projetou o Jardim Botânico da Universidade, projeto este que

⁴¹ *Estatutos 1772*: T. III, 1772: 8.

⁴² *Estatutos 1772*: T. III, 1772: 352.

foi rejeitado pelo Marquês de Pombal, por o considerar excessivo e dispendioso⁴³. Aos cuidados de Vandelli também foi confiado a adequação da cozinha e refeitório do antigo Colégio dos Jesuítas para as aulas de Química e a preparação dos espaços onde seria instalado o Museu de História Natural, onde toda a comunidade académica poderia apreciar as amostras dos três reinos da natureza, além de produções humanas dignas de exposição. No caso do museu, Vandelli tem um papel fundamental na formação do acervo inicial. Ainda em Pádua, o naturalista possuía uma coleção com amostras dos três reinos da natureza, algumas antiguidades e um autómato na forma de um centauro, podendo ser considerado como típico *Studiolo*, mesclando amostras naturais e produções humanas de variados períodos históricos⁴⁴. Ao deslocar-se para Portugal manteve o seu acervo em sua terra natal, mas, no contexto das reformas institucionais, Vandelli propõe vender a sua coleção à Universidade de Coimbra. Durante as negociações de venda, o naturalista ainda ofertou à Universidade uma segunda parte, amealhada em Portugal desde sua chegada, em 1764, até aquela data. Somada às duas coleções foi também incorporado o acervo pertencente ao Capitão José Rollem Van-Deck, possibilitando assim a abertura do Gabinete de História Natural da Universidade de Coimbra⁴⁵.

A universidade de Coimbra, durante os primeiros tempos da reforma, foi um lugar aparentemente homogêneo, sem grandes querelas ou embates obedecendo às diretrizes reformistas do Marquês de

⁴³ Costa 2004: 179.

⁴⁴ O *Studiolo* é um espaço tipicamente encontrado na península itálica, considerado precursor do conceito de museu, sendo compreendido como lugar privado dedicado aos estudos e ao saber, buscando deslumbrar o visitante pelo espetáculo de peças notáveis destinadas ao aprofundamento das pesquisas científicas, sendo motivo de orgulho nacional. Esse tipo de espaço contrapõe os conceitos germânicos de *Wunderkammer*, Câmara das Maravilhas e *Kunstammer*, Câmara das Artes, espaços destinados maioritariamente ao deleite cortesão e o espetáculo do poder. Camargo-Moro 2004: 1922.

⁴⁵ Brigola 2004: 45.

Pombal que acompanhava de perto as transformações na instituição. Nestes primeiros anos Vandelli aproximou-se de muitos alunos, com destaque para os luso-brasileiros, como é caso de Joaquim Veloso de Miranda (1736-1817), Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Joaquim José da Silva (?), João da Silva Feijó (1766-1824), entre outros portugueses, como Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro (1754- 1830) e Francisco José Simões da Serra ((?)-1785), sendo possível perceber nos estudos já realizados, uma rede de influência entre o professor e os alunos⁴⁶. É notória a simpatia de Vandelli por alguns alunos, que, por sua indicação, após o término dos cursos obtiveram o grau de Doutor e, em seguida, foram aproveitados como demonstradores nas disciplinas de História Natural como foi o caso de Joaquim Veloso de Miranda⁴⁷ e de vários outros indicados pelo professor em cargos na Universidade.

No decorrer dos anos, o cenário político começou a alterar-se. No ano de 1777, em fevereiro, morreu o rei D. José I, subindo ao trono D. Maria I, o que veio alterar a política interna do reino. O Marquês de Pombal foi destituído do cargo e boa parte da política passou a ser reorganizada pela rainha. A queda de Pombal significou o desaparecimento de um centro de poder que garantia a muitos a estabilidade no exercício de suas funções, ficando comprometida a rede de influências articulada pelo ministro. Receando revezes na reforma universitária, o reitor Francisco de Lemos saiu em defesa da

⁴⁶ Boa parte da historiografia luso-brasileira que trata da atuação dos egressos da Universidade de Coimbra nas colônias portuguesas deixam entrever uma rede de informações e influências na qual Domingos Vandelli funcionava como um articulador relevante. É reconhecido o desvelo com que o naturalista dirimia questões de alguns de seus alunos como Joaquim Veloso de Miranda e Alexandre Rodrigues Ferreira. Em outros casos, a ausência de empenho do professor chegava a ser cobrada por ex-alunos, como foi o caso de João da Silva Feijó naturalista enviado para Cabo Verde, onde se envolveu em disputas locais recebendo duras críticas de D. Martinho de Melo e Castro. Para maiores detalhes ver: Pataca 2004; Boschi 2012, Cruz 2004, Pereira 2002.

⁴⁷ Boschi 2012:14.

Universidade de Coimbra, retirando-se em Lisboa para redação de um detalhado relatório dirigido à rainha, dando conta dos progressos da reforma universitária, e que ficou conhecido pela designação de “Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra 1777”. Tal iniciativa do reitor surtiu um efeito positivo. A reforma universitária prosseguiu sem alterações significativas, ficando quase incólume o seu corpo docente e administrativo. Vandelli continuou com os mesmos cargos que acumulava, lente proprietário das disciplinas de História Natural, intendente do *Laboratorio Chimico*, do Museu de História Natural e do Jardim Botânico.

Em 15 março de 1777, menos de um mês depois do falecimento de D. José I, Vandelli iniciou a redação de um detalhado inventário do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, dando conta de seus trabalhos naquele espaço, e segundo o naturalista, corria bem⁴⁸. Ainda em 1777, no contexto do tratado de Santo Ildefonso entre Portugal e Espanha, sobre a questão da partilha setentrional do Brasil na América, Vandelli apresentou ao Marquês de Angeja a proposta de envio de uma comitiva de naturalistas formados na Universidade de Coimbra a agregar à comissão demarcadora de limites⁴⁹. Tal proposta tinha em vista o levantamento de uma vasta série de informações sobre a colônia e visava inventariar as potencialidades da natureza no norte do Brasil. No referido período, outros impérios coloniais como os de França, Inglaterra e Holanda, promoviam viagens de reconhecimento nas suas colônias e delas obtinham resultados consideráveis, não só no campo científico, mas também econômico. Esta constatação afluía na carta que Vandelli dirigia ao Marquês de Angeja em abono do sucesso da expedição sugerida.

⁴⁸ AUC-IV-1D-9-2-372, Processo do Professor Domingos Vandelli, rol dos itens do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, 15 de março de 1777. Manuscrito s/n.

⁴⁹ Carta de Domingos Vandelli ao Marquês de Angeja. Transcrito in: *Jornal de Coimbra* 1818: XVIII, parte I: 47-48)

As viagens filosóficas, como eram chamadas, são compreendidas como mais um passo para a institucionalização da história natural, configurando o início da profissionalização da área, já que para tais empreendimentos eram necessários homens treinados e capazes de indagar sobre a utilidade e relevância das amostras e produtos a serem recolhidos.

A proposta de Vandelli foi bem recebida pelo Marquês de Angeja que por sua vez, escreveu a Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Telles da Silva (1727-1800), Visconde de Vila Nova de Cerveira, no intuito de persuadir as Coroas, portuguesa e espanhola, signatárias do tratado, dos benefícios de uma tal expedição⁵⁰. A proposta também foi bem recebida pela Coroa portuguesa e Vandelli logo iniciou os preparativos para a grande viagem Filosófica, da qual seria responsável Alexandre Rodrigues Ferreira, seu antigo aluno. No decorrer dos preparativos da viagem e por motivos pouco claros, a partida dos naturalistas em direção ao Brasil sofreu atrasos e alterações. A grande comitiva foi desmembrada e os naturalistas foram enviados também para as colônias em África, seguindo um pequeno grupo para o Brasil em 1783. Entretanto, anos antes do início das viagens, Vandelli adiantava-se e, em 1779, despachava outro antigo aluno para uma viagem filosófica ao interior do Brasil, o Doutor Joaquim Veloso de Miranda.

Embora lente substituto na Universidade, o Doutor Veloso de Miranda decidiu pedir licença da instituição e retornar à capitania de Minas Gerais, no Brasil, a pretexto de cuidar de negócios de sua casa. A licença de Veloso Miranda foi concedida, ficando o mesmo obrigado a manter correspondência regular com a Universidade de Coimbra, ou seja, dando “notícias” da ciência que praticava

⁵⁰ Carta do Marquês de Angeja ao Visconde de Vila Nova de Cerveira transcrita in: *Jornal de Coimbra* 1818 XVIII, parte I, p 48-50.

na colônia⁵¹. Tal condição nunca veio a ocorrer conforme a letra da licença. Veloso de Miranda despachava os resultados de suas investigações aos cuidados de Vandelli e não da Universidade de Coimbra, boa parte do material enviado da capitania de Minas Gerais nunca chegou de facto à instituição.

Entre 1777 e 1779, Vandelli era considerado importante membro da comunidade acadêmica. D. Francisco de Lemos solicitava ao mestre naturalista e ao Visconde de Barbacena parecer sobre a fundação da Congregação Geral das Ciências. Sobre este assunto, o Visconde respondia ao reitor com cepticismo, opinião partilhada também por Vandelli que julgava a Universidade de Coimbra “dominada pela inércia e conformismo”⁵². Embora o naturalista tenha criticado o corpo docente, fora justamente nesse período que passou a enfrentar algumas resistências e contestações no interior da Universidade. A atuação de Vandelli nas disciplinas não era de aprovação unânime, sofrendo oposição de um grupo de alunos reunidos em torno de Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829). Na perspectiva de Ana Cristina Araújo (2015) tais divergências estão relacionadas com as movimentações de fundação de uma sociedade literária e econômica, nomeadamente a *Sociedade dos Mancebos Patriotas estabelecida em Coimbra* em 1786⁵³. As principais críticas desses opositores estão relacionadas com a atuação de Vandelli nas aulas e na condução do laboratório de Química, do qual era intendente. Ressalte-se que o naturalista possuía o título de Lente Proprietário das disciplinas que lecionava, o que lhe dava uma grande autonomia de decisão sobre vários aspectos das aulas práticas e teóricas. Embora contestado por alguns alunos, Vandelli continuou no exercício de suas funções com o “suporte” e a confiança de Francisco de Lemos. Entretanto, já

⁵¹ Boschi 2012:101.

⁵² BACL, série azul, ms. 24, carta n.º 3 e ms.1944 n.º 1.

⁵³ Araújo 2015: 336.

em 1779, a reitoria da Universidade passara a ser tutelada por José Francisco Rafael Miguel António de Mendonça (1725-1808) o que para Vandelli significou a perda do seu principal aliado na instituição.

A partir da mudança do Reitor delineou-se na Universidade uma nova conjuntura, em larga medida correlacionada com as movimentações que ocorriam na Corte, na sequência da desarticulação da rede de influências do Marquês Pombal. Após a troca de reitor, o corpo docente da Universidade passou a movimentar-se de forma mais expressiva, os professores dos cursos de Cânones e Teologia reclamavam equiparação salarial e solicitavam alterações em alguns compêndios adotados. Segundo Virgínia Valadares (2004) alguns cursos da universidade ficaram acéfalos após a reforma de 1772 como foi o caso da Teologia, e outros como a Medicina funcionando sem um número adequado de lentes; tal quadro preocupava a direção da instituição e a Coroa portuguesa que intervinha diretamente na Universidade⁵⁴.

Com estas movimentações na Universidade, Vandelli passou a estar mais ausente da instituição, iniciando um período de sucessivas licenças na Corte. Admitimos que essas licenças tenham sido articuladas entre o próprio naturalista e o Visconde de Vila Nova de Cerveira, que naquele momento ocupava o cargo de secretário da rainha, em substituição do Marquês de Angeja. Em carta datada de 7 de novembro de 1780, o Visconde requeria ao reitor D. Francisco de Mendonça licença para que Vandelli se ausentasse de Coimbra para desenvolver atividade em Lisboa⁵⁵, relacionada, provavelmente, com as viagens filosóficas e com a supervisão do Jardim e Museu de Ajuda, entretanto decaído devido à ausência do seu Intendente du-

⁵⁴ Valadares 2004:178.

⁵⁵ AUC-IV-1D-9-2-372, Processo do Professor Domingos Vandelli, carta de 07 novembro de 1780 do Visconde de Vila Nova de Cerveira ao reitor reformador Principal Mendonça.

rante 8 anos consecutivos⁵⁶. Durante os períodos de afastamento do naturalista das atividades na universidade, este era substituído por antigos alunos já formados e por ele indicados. Embora em regime de licença, Vandelli, como era da praxe, continuou a receber os seus honorários, como é possível perceber na correspondência dirigida ao reitor pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira, recomendando o pagamento dos salários dos meses não lecionados⁵⁷.

Com mais tempo em Lisboa, Vandelli foi redimensionando as suas relações sociais, delimitando novamente a sua influência no interior da Corte, uma vez que a conjuntura política era bem diferente de 1764. O naturalista tentou aproximar-se de ministros e conselheiros da rainha, nomeadamente do Visconde de Vila Nova de Cerveira e do próprio príncipe D. João, tendo ainda alguma proximidade com D. Martinho de Melo e Castro. Tal estratégia de Vandelli garantiu-lhe alguma estabilidade e até o reconhecimento de um certo protagonismo na condução de projetos científicos da Coroa na América portuguesa.

6. A fundação da Academia de Real de Ciências de Lisboa: novos patronos e antigos clientes

Durante os primeiros anos do reinado de D. Maria I houve um esforço por parte da rainha em conciliar os “órfãos” de Pombal com os grupos políticos que retornaram ao poder. Muitos indivíduos alocados em postos da administração, pessoas de confiança do

⁵⁶ Durante os períodos em que Vandelli se dedicava às aulas na Universidade de Coimbra, a condução do jardim e do Museu ficava a cargo de Júlio Matiazzi, sempre retomando as funções nas épocas de férias universitárias.

⁵⁷ AUC-IV-1D-9-2-372, Processo do Professor Domingos Vandelli, carta de 14 de julho de 1787 do Visconde de Vila Nova de Cerveira ao reitor reformador principal Castro.

Marquês, foram destituídos de seus cargos, outros, muito provavelmente, viram-se ameaçados e para outros ainda houve uma redução significativa de influência política. Durante este período, as redes de influências foram redimensionadas em torno a homens considerados proeminentes na Corte, dada a proximidade que mantinham com a rainha. Nesse contexto de reorganização, muitos nobres e homens de ciências residentes no exterior retornaram a Portugal, alterando dinâmicas de poder e redes de sociabilidade. Nessa conjuntura destacamos o retorno a Portugal de D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva (1719-1806), Duque de Lafões, após mais de vinte anos de residência em outros países europeus, Inglaterra, Áustria e França, países em que pôde aceder a privilégios espaços de convívio filosófico e a academias de ciência⁵⁸.

No mesmo período, regista-se o retorno do Abade José Francisco Correia da Serra (1751-1823) ao reino. Nascido em Portugal, o abade residiu 26 anos em Itália nas cidades de Nápoles e Roma. Nos anos de residência em Roma, estudou botânica no *Collegio della Sapienza*, onde estabeleceu contatos com Francesco Maratti⁵⁹ e João Jacob Ferber⁶⁰, iniciando nesse período troca de correspondência com Lineu⁶¹, sendo reconhecido como importante representante português na República das Letras.

⁵⁸ Carvalho 1986:141-171.

⁵⁹ Francesco Maratti professor de botânica no *Collegio della Sapienza* era reconhecido opositor do sistema sexual de classificação lineana. Maratti era adepto do sistema de classificação Tournefort que privilegiava a comparação entre as partes das partes das plantas buscando suas semelhanças e afinidades. Simões, Diogo, Carneiro. 2006: 23.

⁶⁰ É atribuída ao sueco João Jacob Ferber a intermediação dos contatos entre Correia da Serra e Carlos Lineu. Resultado dessa troca de correspondência entre Correia da Serra e Lineu foi a movimentação promovida pelo Abade junto ao Cardeal Francesco Saverio Zelada em 1774, na defesa do sistema de classificação lineana e sua adoção na Universidade Romana, pois até aquele momento a metodologia era considerada herética. Simões, Diogo, Carneiro. 2006: 25.

⁶¹ Simões, Diogo, Carneiro. 2006: 20-32.

De retorno a Portugal, em passagem por Serpa no Alentejo, sua terra natal, Correia da Serra seguiu para Beja em visita a Frei Manuel do Cenáculo, então prelado daquela localidade. Durante todo o reinado de D. José I, frei Manuel Cenáculo era considerado um importante homem de letras e um braço de ferro do Marquês de Pombal nas esferas educativa e religiosa, possuindo uma importante rede de contatos em Portugal e no exterior, que, em parte, manteve no reinado de D. Maria I. Na ocasião do encontro entre Cenáculo e o Abade esteve também presente o Duque de Lafões, e acreditamos que foi nesse encontro que foram delineados novos projetos científicos e um novo núcleo de sociabilidade em torno do Duque de Lafões⁶².

Após esse encontro, já em Lisboa, o Duque iniciou, em 1779, negociações tendentes à fundação de uma instituição dedicada ao debate e à divulgação das ciências praticadas em Portugal, visando a continuidade do desenvolvimento científico, teórico e prático. A instituição almejada era uma Academia ou Sociedade de Ciências, embora em Portugal, nos anos anteriores, já houvesse iniciativas de grupos que se reuniam no intuito de discutir novas ideias e postulados, essas eram agremiações não institucionais, funcionando com reuniões esporádicas⁶³. A pretensão do Duque de Lafões, e de outros ilustrados da época, era a abertura de uma instituição permanente como havia em outros países. Era nas academias e sociedades que homens de ciências de diferentes orientações políticas e culturais discutiam sobre a pertinência e validade do conhecimento produzido, avaliando os procedimentos e resultados segundo preceitos metodológicos, éticos e normativos. Célebres homens de ciências, atuaram nessas instituições como Robert Boyle (1627-1691) e Isaac Newton (1643-1727) na *Royal Society* na Inglaterra, e Galileu Galilei

⁶² Simões, Diogo, Carneiro. 2006: 35.

⁶³ Simões, Diogo, Carneiro. 2006: 35.

na *Accademia del Cimento* na Itália, no século XVII. Em boa parte da Europa já existiam agremiações científicas destinadas ao debate das ciências e das humanidades, como as de Pádua, a Real Academia de Upsala na Suécia, a *Accademia dei Lincei* em Roma, a *Académie des Sciences* de Paris e a Academia de Ciências de São Petersburgo, na Rússia, para só referir algumas das mais conhecidas.

As academias, que incorporavam as regras de trato social, possuíam uma estrutura fortemente hierarquizada. Por vezes, a eleição de um novo sócio estava condicionada pela sua influência política e pelos privilégios que poderiam ser auferidos com a admissão de um novo sócio poderoso e prestigiado, o que acontecia, com frequência, em países de monarquia absoluta que patrocinavam e intervinham diretamente no funcionamento institucional dessas agremiações de sábios e eruditos. Similar às academias, as sociedades de ciências, embora criadas com idênticos fins, apresentavam diferenças. As sociedades normalmente eram instituições mais horizontalizadas, não possuíam uma hierarquia social rígida, a escolha de novos sócios não estava essencialmente condicionada a privilégios. Embora o Estado também patrocinasse as sociedades, não havia uma intervenção direta em seu funcionamento, mantendo estas uma certa autonomia institucional. Geralmente as sociedades mantinham-se financeiramente com fundos próprios e com doações efetuadas por filantropos⁶⁴.

Em Portugal, a ideia de criar uma instituição que privilegiasse o debate científico acompanha os trabalhos preparatórios da reforma da Universidade de 1772. D. Francisco de Lemos sugere a necessidade de um regimento para a “Congregação geral das Ciências”, sendo a mesma mencionada nos novos estatutos da Universidade de Coimbra⁶⁵. Ignoramos se houve ou não um debate sobre o modelo

⁶⁴ Silva 2015: 10-11.

⁶⁵ Na *Redação geral do estado da universidade de Coimbra 1777*, Francisco de Lemos informa que já havia trabalhado nos estatutos de uma instituição ou congregação a ser fundada em Coimbra, destinada ao debate dos avanços das novas

a adoptar nesta fundação mas, por motivos políticos, uma academia que viesse a funcionar nos moldes da existente em Paris parecia mais adequada aos anseios da Coroa portuguesa. Um dos seus grandes impulsionadores, o Duque de Lafões, contou com apoio de homens de ciência que residiam em Portugal, como sócios honorários, e com a colaboração de sábios residentes no estrangeiro, como sócios correspondentes, ficando o abade Correia da Serra, o Visconde de Barbacena e Vandelli responsáveis pela redação dos respectivos estatutos.

Na articulação deste grupo é notório o clima de tensão entre Vandelli e Correia da Serra sobre alguns assuntos, como foi o caso da aprovação do funcionamento da instituição, em 1780, sem um espaço próprio para as reuniões. Em carta, o abade criticava o naturalista reputando-o como “mesquinho”. Evitando maiores constrangimentos, o Duque de Lafões, em negociações pessoais com a Rainha, conseguiu garantir para instalação da instituição a cedência de algumas salas do Palácio das Necessidades⁶⁶. Já em relação ao Visconde de Barbacena, é de crer que Vandelli cultivasse uma relação mais harmoniosa. Vandelli e Barbacena defendiam a criação de uma junta voltada para o desenvolvimento económico e industrial de Portugal, tendo por base a exploração racional dos recursos naturais do reino e das colónias. A Comissão da Indústria, como foi chamada, foi incorporada nos estatutos da Academia Real das Ciências de Lisboa com carácter de *in perpetuum*. Seria composta por oito sócios, eleitos, em períodos de três anos, sendo responsável

ciências. Segundo Francisco de Lemos tal texto seria o livro IV dos novos Estatutos universitários que não foram publicados dada a pressa do Marquês de Pombal em lançar a reforma em 1772. Tendo em vista tal informação, concordamos com José Luis Cardoso quando afirma que a ideia de fundação de uma Academia de Ciências em Portugal tem suas origens ligadas à redação dos estatutos da Universidade de Coimbra em 1772. Para mais detalhes ver Lemos, 1777 fl. 119-123, *fac simile* 1980: 107-110 e Cardoso 1989: 30.

⁶⁶ Silva 2015: 48.

pela articulação de uma extensa rede que difundiria as ciências a todos os recônditos do reino⁶⁷. Além do conteúdo programático da instituição, fora também ideado pelos fundadores da Academia um plano de divulgação das ciências, por meio de periódicos que abarcassem todas as áreas de conhecimento.

Em 1780, nas suas sessões inaugurais, a Academia Real das Ciências de Lisboa apresentava um corpo de sócios, divididos por classe de conhecimento, presidida pelos primeiros membros da respectiva classe. Para a classe de Ciências de Observação: Domingos Vandelli, Abade José Correia da Serra, João Faustino (1736-1820), Bartolomeu da Costa (1732-1801), Visconde de Barbacena, António José Pereira (?-1792), António Soares Barbosa (1734-1801), Vicente Ferrer da Rocha (1727-1814). Para a classe de Ciências de Cálculo: D. António Rolim de Almeida Tavares [Conde de Azambuja] (1709-1782), Teodoro de Almeida (1722-1804), D. João de Almeida Portugal [Marquês de Alorna], José Joaquim Soares de Barros (1721-1793), José Monteiro da Rocha, João António Dalla Bella e Miguel Franzini. Para a classe das Belas Letras: Duque de Lafões, Miguel Lúcio de Portugal e Castro, Joaquim de Foios (?), Fernando Telles da Silva [Conde de Tarouca] (1754-1818), Pedro José da Fonseca (1737-1816), Principal Mascarenhas (1752-1791), Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro (1712-1785) e António Pereira de Figueiredo (1725-1797).

A organização da instituição tentou conciliar diferentes sensibilidades e pontos de vista como as que eram representadas pelos oratorianos Teodoro de Almeida, Joaquim de Foios e João Faustino e o ex-jesuíta José Monteiro da Rocha⁶⁸. Tentou conciliar, também,

⁶⁷ Silva 2015: 236.

⁶⁸ A partir da fundação do colégio dirigido pela Congregação do Oratório, que, em 1750, passou a funcionar no Convento das Necessidades, intensificaram-se as críticas aos colégios da Companhia Jesus. Eram diferentes os métodos e conteúdos ensinados nas instituições escolares das duas congregações, conforme salientou Dias, J. S. da Silva 1953: 196 e ss. Tais divergências ganharam expressão pública

antigos colaboradores do Marquês de Pombal como Vandelli, e inimigos do antigo ministro como o Marquês de Alorna. Digna de nota é a ausência de Francisco de Lemos e frei Manuel do Cenáculo do núcleo fundador da instituição. A falta de Cenáculo era lamentada pelo Abade Correia de Serra, que antevia, sem ele, um “naufrágio” para a academia⁶⁹. Tais ausências talvez sejam o resultado da prudência política do Duque, uma vez que a presença dos dois letrados poderia ser tomada como tentativa de reorganização da Junta da Providência Literária, da qual tinham feito parte.

Antes da abertura da Academia de Real das Ciências de Lisboa, os seus sócios fundadores tendiam a polarizar-se entre “Marianos” e “Pombalinos”. Essa tensão tornou-se patente na sessão inaugural da instituição, quando Teodoro de Almeida, na oração de abertura, comparou o estádio de desenvolvimento das ciências de Portugal ao do Marrocos. As suas palavras foram percebidas como um libelo anti-pombalino e geraram uma polémica que ultrapassou a própria instituição⁷⁰.

Embora os membros da Academia Real das Ciências de Lisboa articulassem propostas que privilegiavam o adiantamento das ciências em Portugal, esses projetos passavam por caminhos e concepções diferentes, em certa medida alimentadas por interesses políticos e pessoais distintos. De facto, a Academia Real das Ciências de Lisboa não pode ser percebida como uma instituição una, com um corpo de sócios coeso ou mesmo homogéneo e menos ainda como uma agremiação exclusivamente científica, já que a instituição era composta por homens de poder e de alto prestígio na Corte e no exterior, possuindo ligações diretas com o poder régio que patrocinava as suas actividades.

nas páginas de periódicos da época, como o *Mercúrio Philosófico*. Simões, Diogo, Carneiro. 2002: 73.

⁶⁹ Simões, Diogo, Carneiro. 2006: 53.

⁷⁰ Silva 2015: 39.

Muitos dos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa cultivavam entre si laços de amizade mais antigos e relações sociais pautadas por motivos diversos. Vandelli era próximo de José Monteiro da Rocha, Miguel Franzini, António Soares Barbosa, António José Pereira e João António Dalla Bella, professores da Universidade de Coimbra, mantendo também relações próximas com o Visconde de Barbacena, secretário da Academia. Tal grupo pode ser considerado o núcleo “Pombalino” da Academia de Ciências, tendo sido boa parte desses homens colaboradores diretos de Pombal ou identificados com a política do antigo ministro. Do outro lado, o grupo Mariano, composto pelos Oratorianos como Teodoro de Almeida, Joaquim de Foios, João Faustino, e nobres como o Marquês de Alorna e, ainda, outros sócios correspondentes e supranumerários. Embora os sócios possuíssem diferentes pontos de vista, organizando-se em “facções políticas”, os possíveis embates delas decorrentes não inviabilizavam o funcionamento da instituição. O Duque de Lafões e o abade Correia da Serra conseguiram, num primeiro momento, aglutinar os membros da academia, minimizando os embates decorrentes do confronto de diferentes sensibilidades políticas e ideológicas.

7. Novas flores para um novo patrono

A fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa foi um passo importante para os homens de ciência da época. Criou espaço e condições de segurança para a discussão de ideias e de resultados de pesquisa. Após avaliação e validação pelos académicos, novas experiências ou específicas aplicações da ciência eram objecto de publicação e divulgação, de acordo com o que a instituição propunha. Nesse sentido, cada sócio apresentava um trabalho, destinado a ser apreciado e debatido pelos membros da instituição. Na altura, Vandelli já recebia de seus antigos alunos dispersos nas colônias

um grande volume de amostras da história natural, ainda não estudadas nem catalogadas. Da capitania de Minas Gerais no Brasil, recebeu do Doutor Joaquim Veloso de Miranda, em 1781, uma remessa de amostras acompanhada de desenhos de flores daquela região. Embora Veloso de Miranda possuísse o título de Doutor e de sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa⁷¹, era praxe confiar a um naturalista mais experiente a análise dos elementos coligidos e a nomeação dos gêneros botânicos. Ao fazer esse trabalho, Vandelli decidiu nomear as plantas da mesma forma do *Fasciculus Plantarum* de 1771, ou seja, dando às flores nomes em homenagem a pessoas de suas relações sociais. O *Herbário* do Dr. Veloso, com as correções de Vandelli, é composto por oito páginas, cinco das quais preenchidas com desenhos botânicos e outras três com a descrição lineana, com o título *Fasciculus plantarum Brasiliensium*, apresentado à Academia, em 1787, com a seguinte proposta de nomenclaturas:

*Fasciculus Plantarum Brasiliensium*⁷²

Gênero	Referência à pessoa ou casa ilustre
<i>Lavradia</i>	Casa dos Marquês de Lavradio
<i>Galvania</i>	Casa dos Condes de Galveias
<i>Fereiria</i>	Vicente Ferrer
<i>Barbacenia</i>	Casa dos Viscondes de Barbacena
<i>Quelusia</i>	Palácio de Queluz.
<i>Davilla</i>	Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira
<i>Lemia</i>	Francisco de Lemos
<i>Marialva</i>	Casa dos Marquês de Marialva
<i>Correia</i>	Abade Correia da Serra

⁷¹ Pouco depois de sua partida para o Brasil, Joaquim Veloso de Miranda foi admitido na recém-fundada Academia Real das Ciências de Lisboa como sócio correspondente. Sua admissão é atribuída à indicação de Vandelli seu antigo professor e aceite pelo visconde Barbacena. Boschi 2012:125.

⁷² Aqui colocamos somente os nomes das plantas que conseguimos localizar homenagem correspondente faltando ainda os gêneros Botânicos: *Amomun*, *Vochia*, *Callisia*, *Contarenia*, *Urceola*, *Tapanhucanca*.

<i>Vellozia</i>	Joaquim Veloso de Miranda
<i>Lafoensia</i>	Duque de Lafões
<i>Paliavana</i>	Quinta da Palhavã
<i>Limia</i>	Casa dos Marqueses da Ponte de Lima
<i>Mella</i>	Martinho de Melo Castro
<i>Orobanchia</i>	Arraial do Ouro Branco, Minas Gerais, Brasil
<i>Mendoncia</i>	Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro
<i>Vismia</i>	Gerard de Visme
<i>Bragantia</i>	Bragantia – Casa de Bragança

De maneira geral, Vandelli homenageou boa parte da nobreza dirigente de Portugal do final do século XVIII, indivíduos importantes e das suas relações sociais. Com a espécie *Galvania* Vandelli fez uma homenagem à casa dos Condes de Galveias; ressalte-se que tal homenagem estava relacionada diretamente com o ministro D. Martinho Melo e Castro (1716-1795), que, embora não tivesse esse título, era neto de D. André de Melo e Castro (1668-1753), quarto Conde de Galveias⁷³. E, ainda, em homenagem ao mesmo ministro, Vandelli criou a taxonomia *Mella*. O mesmo aconteceu com o género *Marialva*, numa menção a D. Rodrigo José de Meneses (1750-1807) membro da casa dos Marqueses de Marialva, que ocupava o cargo de governador da capitania de Minas Gerais no ano 1781, ano do envio da remessa⁷⁴. Outra figura proeminente que Vandelli também homenageou foi o Marquês de Lavradio, Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d’Eça e Melo Silva Mascarenhas (1729-1790), Vice-Rei do Brasil entre 1769-1778, com o espécime *Lavradia*.

Da Universidade de Coimbra, Vandelli homenageou o reitor reformador D. Francisco de Lemos Pereira de Faria Coutinho com o género *Lemia* e os discípulos Joaquim Veloso de Miranda e o Visconde de Barbacena, ao atribuir os nomes *Vellozia* e *Barbacenia*, respec-

⁷³ Gayo 1938: 138.

⁷⁴ Gayo 1938: 97.

tivamente. Além de homenagear Veloso de Miranda, Vandelli ainda deu a uma planta o nome do local onde o naturalista residia naquele momento, o arraial de Ouro Branco, com o espécime *Orobanchia*.

Além de indivíduos, o naturalista teve a preocupação de dar às plantas os nomes de locais que julgava importantes para as ciências em Portugal, como por exemplo, a taxonomia *Paliavana*, que referencia uma quinta nos arredores de Lisboa, denominada Palhavã, cuja propriedade pertencia à D. Henrique de Meneses (1727-1787), Marquês do Lourçal e Conde da Ericeira. O Conde da Ericeira teve um papel importante na divulgação e debate das Luzes na primeira metade do século XVIII. Outra flor que designa um local é o género *Queluzia* por meio da qual o naturalista fazia referência ao Palácio Real de Queluz, residência de verão da rainha D. Maria I.

Da Academia de Real das Ciências, Vandelli teve o cuidado de homenagear alguns membros honorários como o presidente e fundador da instituição, o Duque de Lafões com o género *Lafoensia*, Vicente Ferrer com o género *Fereiria*. No caso do abade Correa da Serra, segundo secretário da Academia, o próprio Vandelli comunicou o batismo da flor com o nome do naturalista, em missiva datada de 12 julho de 1782: “Eu continuo a fazer abrir os novos géneros do nosso Veloso, que acabei de examinar o seu herbário e a um deles lhe ponho o nome *Corrêa*”⁷⁵.

O espécime *Vismia*, representou uma homenagem a um importante negociante inglês residente em Portugal, Gerard de Visme. Visme era amigo próximo de Joseph Banks e é possível que a proximidade entre o prestigiado naturalista inglês e Vandelli tenha sido promovida por este negociante. Tal aproximação pode ter ocorrido entre 1764 e 1771 já que nas notas de abertura do *Fasciculus Plantarum* de 1771 há um poema dedicado a Banks escrito por Vandelli⁷⁶. Ressalte-se que os desenhos originais das plantas feitos por Veloso de Miranda

⁷⁵ Pataca 2006: 309.

⁷⁶ Luckhurst 2011: 127-160.

foram enviados a Londres, aos cuidados de Banks, podendo ser consultados ainda hoje no Arquivo do Jardim Botânico de Kew⁷⁷.

Embora alguns dos nomes que constam na lista não fossem membros honorários da Academia ou diretamente ligados ao campo científico, de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento das ciências em Portugal. É o caso de Tomás Xavier de Lima, Marquês da Ponte de Lima e Visconde de Vila Nova de Cerveira, ministro do Exterior e Guerra, que foi homenageado duas vezes com os géneros *Davilla* e *Limia*. A dedicação que lhe mereceu esta personalidade espelha a complexa teia de contrapartidas geradas pelas práticas científicas setecentistas. Vandelli precisava do apoio do ministro de D. Maria I e conseguiu obter o imprescindível auxílio do exército na implementação das Viagens Filosóficas no norte do Brasil. As expedições militares asseguraram o transporte de géneros naturais, desbravaram território e colaboraram com os exploradores científicos, em terra ou no mar⁷⁸. Por outro lado, Vandelli devia manifestar a sua gratidão ao Visconde de Vila Nova de Cerveira que o protegia, dirimindo questões na Universidade de Coimbra relacionadas com o programa das viagens filosóficas. Portanto, aquela homenagem confirmava o papel de patrono assumido pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira em relação a Vandelli e vinha compensar o parcial isolamento político criado com a queda do Marquês de Pombal.

Como se percebe, Vandelli usou os mesmos recursos retóricos de agradecimento ao nomear as plantas apresentadas à Academia Real das Ciências de Lisboa, chegando em alguns casos a homenagear duas vezes a mesma pessoa e referenciando locais que julgava importantes na difusão das ciências. De acordo com as lógicas do mecenato, da clientela e do decoro cortesão, a nomenclatura do *Fasciculus Plantarum*

⁷⁷ Arquivo Kew Gardens, Londres, Joaquin Velloso de Miranda (1785). Autograph letter to Sir J. Banks, consisting of descriptions, with water colour drawings of genera of Plants collected. Foll. 84.º, Minas Geraes.

⁷⁸ Domingues 2001: 823-838.

Brasiliensium reunia condições para ser louvada pelos membros da Academia Real das Ciências de Lisboa. Boa parte dos nomes eram membros dessa instituição e faziam parte das relações sociais de Vandelli. No entanto, tal nomenclatura também causou certo mal-estar na agremiação. Um dos sócios, João de Loureiro (1710-1791), recém-aceite, acusou Vandelli “de adulator e de falta de rigor científico”.

8. Nomes contra os princípios da ética

É importante observar de perto o naturalista que acusa Vandelli. Trata-se do ex-jesuíta João de Loureiro. Como já referimos, personalidades antes postas à margem do processo político e cultural pelo Marquês de Pombal retornaram, durante o reinado de D. Maria I, ao país. Como os jesuítas haviam sido expulsos de Portugal, seria de esperar que João Loureiro tivesse alguma dificuldade em voltar ao reino, após um longo período de permanência no Oriente. Porém, a avançada idade daquele congregado e o facto de ter dedicado parte da sua vida ao estudo da História Natural tornaram irrelevante a sua atuação como membro da Companhia de Jesus. Na verdade, Loureiro era um botânico de renome internacional e mantinha boas relações com alguns políticos ilustrados portugueses. A sua indicação como membro da Academia Real das Ciências de Lisboa partiu de Luís Pinto de Sousa Coutinho⁷⁹, como demonstra este passo de uma carta do Visconde de Barbacena a Vandelli:

Chegou a Portugal um Ex Jesuíta português da Conchinchina chamado Frei Loureiro, que a Academia já tinha há muitos meses

⁷⁹ Luís Pinto de Sousa Coutinho, reconhecido político da época, só vai obter a confirmação do título de Visconde de Balsemão em decreto de 14 de agosto de 1801; entretanto, como se observa na carta do Visconde de Barbacena anos antes da confirmação, já era tratado por Balsemão. Zuqueti 1984:386.

eleito membro correspondente(...) Dizem-me que é grande Botânico e muito observador, e por tal tinha sido lembrado e recomendado pelo Balsemão, que nos deu a conhecer⁸⁰.

Como se percebe, Loureiro chegou a Portugal e reatou contactos com nobres ilustrados e com alguns membros da Academia Real de Ciências de Lisboa. No interior da instituição, Loureiro ter-se-á aproximado do abade Correia da Serra. Ressalte-se que, embora o abade tivesse sido homenageado por Vandelli, a convivência entre ambos nunca foi pacífica. Nas cartas trocadas com outros naturalistas e políticos da época, Correia da Serra demonstrava descontentamento pela ciência praticada por Vandelli, qualificando-o de péssimo botânico⁸¹. Bem relacionado com os membros da Academia e sem temer retaliações, Loureiro contestou o herbário apresentado por Vandelli.

Da polémica ocorrida entre Vandelli e Loureiro, a propósito da questão do herbário, não conseguimos localizar a maior parte dos documentos que possam ter existido. No entanto, conhece-se o manuscrito anónimo, com o título *Notas sobre o Fasciculus plantas do Brasil de Joaquim Velloso de Miranda*, que hoje se encontra na Biblioteca do *Muséum d'Histoire Naturelle*, em Paris, atribuído ao próprio João de Loureiro, onde se pode ler:

Tendo-se lido em uma assembleia da Academia este Fasciculus Plantarum Brasiliensium do Senhor Velloso, se notou, que aos novos generos desta estimável coleção botânica se tinham posto pela maior parte os nomes das famílias illustres de Portugal, sem motivo, ou fundamento algum Botânico: e que isso em outras Nações poderia ser julgado por adulação. A mim pareceu-me, que

⁸⁰ apud Brigola 2003:12.

⁸¹ ANTT, Arquivo da casa de Linhares. Mç. 63, n.º 112. Carta de Correia da Serra a Rodrigo de Sousa Coutinho. Londres, 28 de julho de 1800.

os nomes *Bragantia*, *Barbacenia*, e *Correana* se poderiam conservar sem aquele receio, pelo motivo, que em seu lugar se declara. Todos os outros em que não milita semelhante razão (ou eu a ignoro) vão trocados como melhor me ocorreu. O Senhor Vandelli poderá conserva-los ou muda-los, conforme julgar: e assim também as notas, que sendo mandado fiz sobre a dita coleção de plantas: o que tudo sujeito ingenuamente a sua correção e da Academia⁸².

Os nomes listados para serem trocados por Vandelli eram: *Galvanea*, *Fereiria*, *Queluzia*, *Correia*, *Vellozia*, *Lafoensia*, *Barbacenia*, *Davillia*, *Lemia*, *Marialva*, *Paliavana* e *Mendoncia*. O autor do documento ainda ressaltava que, “saindo a luz estas plantas em nome do Sr. Veloso, é contra os princípios da ética, que ele ponha o seu nome a alguma delas”⁸³.

É possível observar na escrita do documento que algumas ponderações foram feitas pelo autor com o intuito de não desagradar a pessoas ilustres, como é o caso da planta batizada com a designação de *Bragantia*, em homenagem à casa real de Bragança. Mesmo tendo sido publicada em 1771, no tempo de D. José I, Vandelli tenta republicar a mesma nomenclatura, provavelmente para chamar a atenção da rainha. As flores com os nomes que homenageavam o Abade Correia da Serra e o Visconde de Barbacena, secretários da Academia de Ciências naquele momento, segundo o autor, também poderiam continuar, pois estes eram naturalistas. Na avaliação do autor do documento é perceptível que a posição social não deixara de ser um critério na nomeação das plantas, apesar das exclusões propostas. Sugeriria-se assim que Vandelli modificasse não todos mas apenas alguns nomes dos gêneros identificados,

⁸² MHNP, Mss. 2445 Notas sobre o Fasciculus plantas do Brasil de Joaquim Velloso de Miranda.

⁸³ MHNP, Mss. 2445 Notas sobre o Fasciculus plantas do Brasil de Joaquim Velloso de Miranda.

para publicação no primeiro tomo das *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*.

A avaliação negativa da atitude de Vandelli em relação ao nomes não significa que Loureiro não tenha compreendido a estratégia do naturalista. Os sócios perceberam o efeito desejado por Vandelli, ao chamar a atenção dos homenageados e, principalmente, a fim de manter laços sociais duradouros, o que segundo as lógicas cortesãs ainda vigentes no período, traria mais prestígio e favores ao proponente. Esse tipo de homenagem era comum no meio científico da época. O próprio Vandelli foi homenageado por Lineu, alguns anos antes. E, em Minas Gerais, José Vieira Couto (1752-1827) nomeou uma região, Nova Lorena Diamantina em homenagem ao governador da capitania, Bernardo José de Lorena (1756-1818), e uma colina, Monte Rodrigo em homenagem ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), sem grande escândalo⁸⁴. Estamos assim em crer que a censura feita a Vandelli pelos membros da Academia foi uma tentativa de comprometer velhos laços de fidelidade, contendo-se, deste modo, o seu papel de adulator de ministros e a sua proeminência na Corte.

No que diz respeito à falta de rigor científico e demais críticas feitas por outros homens de ciência, como o abade Correia da Serra, à sua actuação como botânico, elas derivam, provavelmente, da percepção de que as descrições botânicas deveriam ser claras, objetivas e não “obscuras” ou agudas, como ainda era habitual em algumas academias e sociedades. Em finais do século XVIII, a comunidade científica já se movimentava no sentido de uma universalização das

⁸⁴ No período moderno esse tipo de homenagens sempre foi comum. No caso de José Vieira Couto, assim como Vandelli, a intenção era usar essa estratégia para chamar a atenção do Ministro D. Rodrigo Sousa Coutinho e do Governador de Minas na época, Bernardo José de Lorena, no intuito de angariar apoio nas dificuldades enfrentadas pela família Vieira Couto com o intendente do distrito Diamantino, João Inácio do Amaral Silveira. Para maiores detalhes ver: Silva. 2002:65.

práticas metodológicas, o que só foi ocorrer de fato no século XIX⁸⁵. Parte desses esforços eram pautados pela noção de que a história natural viria a tornar-se um campo de conhecimento autônomo, autojustificado e universal. Logo, a sua metodologia deveria estar de acordo com as lógicas internas de justificação da ciência.

Como se percebe, procedimentos e valores até então aceites passaram a ser problemáticos, sendo evocados princípios éticos na fundamentação da crítica da nomenclatura botânica proposta. Naquele momento, a honra e o prestígio social do homem de ciência davam lugar à capacidade de produção de conhecimento válido e certificado por uma coletividade específica. As Cortes deixaram de ser espaços de validação do conhecimento científico, embora muitos homens de ciências tenham exercido funções no seu interior, esses atuavam também nas sociedades de ciências. Embora a Academia Real de Ciências de Lisboa possuísse um número elevado de sócios de extração nobre, aquele não era um espaço cortesão propriamente dito. Ao contrário da sociabilidade horizontal que a academia pretendia impor, Vandelli agiu como se estivesse no ambiente palaciano, obedecendo às lógicas sociais daquele espaço. De qualquer modo, embora Vandelli tenha sido muito criticado na sua forma de fazer ciência, a metodologia lineana que adotou não estava em causa; o que era contestado era sua postura profissional, usando a ciência *ad hominem* e para fins pessoais.

Em contrapartida, a *Flora Cochinchinensis* de Loureiro, publicada em 1789, não apresenta qualquer evidência de que o naturalista fizesse uso de técnicas retóricas na apresentação de seus resultados. A obra de Loureiro ficou mundialmente conhecida sendo mencionada em várias academias de ciências da Europa⁸⁶. Em discurso proferido na

⁸⁵ Kury 2011: 5.

⁸⁶ A obra de João de Loureiro, *Flora Cochinchinensis* foi muito bem-recebida na comunidade científica internacional. Em carta enviada ao abade Correia da Serra, José Bonifácio de Andrada e Silva noticiava o sucesso da obra de Loureiro e

Academia Real das Ciências de Lisboa no dia 12 de maio 1792, “Elogio ao Sr. Loureiro”, por ocasião de sua morte, o Abade Correia da Serra deixa muito clara a qualidade da ciência praticada pelo botânico:

Que abundância de descobrimentos, que multidão de observações, e sobretudo que originalidade junta a elegância, se mostra em huma obra composta tão longe de onde taes obras se compõem. Os botânicos verão em alguns poucos lugares della vestigios da incomoda situação em que foi compos[ta] mas que o são ao mesmo tempo do demasiado escrúpulo e atenção do autor, mas a *viveza das descrições a clareza da exposição, e do methodo encantão*, e é tudo seu⁸⁷.

Neste contexto, percebe-se que o prestígio de Domingos Vandelli tenha declinado drasticamente, podendo a perda de reputação científica de sua pessoa ser compreendida como momento crucial para a compreensão de seu papel nos anos que se seguiram. Em finais de século, Vandelli envolveu-se em outras querelas, com o naturalista Félix Avelar Brotero (1744-1828) e, novamente, com Manoel Joaquim Henriques de Paiva, além de desavenças com seu auxiliar nos jardins do palácio de Ajuda, Júlio Mattiazzi. Na maioria dos casos, Vandelli obteve sucesso em sua defesa, pois estava muito bem escudado junto do príncipe D. João e de outros nobres com funções de relevo, como o Visconde de Vila Nova de Cerveira.

Como Vandelli não alterou nenhum dos nomes por si propostos para as plantas que constavam do seu herbário, teve de enfrentar a supressão do mesmo no primeiro tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, saído em 1797. No interior desse tomo, na

os constantes pedidos de aquisição por outros homens de ciência. Simões, Diogo, Carneiro. 2006:57.

⁸⁷ ANTT, Arquivos Particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 2B, A 42. 4 f.. (sublinhado nosso).

página 37, ainda é possível ler a apresentação na qual consta o nome do Doutor Joaquim Veloso de Miranda como autor dos desenhos, à data da apresentação do trabalho à Academia das Ciências de Lisboa, em abril de 1787. No entanto, nas folhas seguintes, não consta nenhuma das flores anunciadas, saltando da página 37 à 40⁸⁸. No que se refere ao Dr. Joaquim Veloso de Miranda, conhecem-se sanções imediatas: o seu nome deixou de constar da lista de sócios correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa⁸⁹.

Embora a comunidade científica portuguesa tenha dado ganho de causa a Loureiro, Vandelli não se deu por vencido. Os nomes “científicos” das polémicas flores vieram à luz numa publicação da Tipografia Académico-Régia de Coimbra, em 1788, intitulada “*Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen [...] et Epistolae ab Eruditis viris Carolo A Linné, Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli scriptae*”. Mais uma vez, é possível observar que tal publicação não agradou a muitos homens de ciência, como relata o abade Correia da Serra em carta dirigida ao inglês James Edward Smith, datada de outubro de 1788:

As novidades que posso lhe dar sobre História Natural são poucas. O Professor Vandelli acabou de publicar o Dicionário Português de História Natural, pobre rapsódia, assim como a Specimen Flora Luzitanicae et Brasiliensis, cheias de géneros que batizou com o nome de quem não conhece uma palavra de botânica, mas que ele quer lisonjear, em virtude da sua importância ou posição⁹⁰.

⁸⁸ *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* 1797: 37.

⁸⁹ Boschi 2012: 123.

⁹⁰ *apud* Simões, Diogo, Carneiro. 2006: 53.

9. Conclusão

Como é possível observar, a atuação de Domingos Vandelli em Portugal foi marcada por uma intensa atividade social, que se refletiu em boa parte de sua produção científica. A sua proeminência e atuação nos vários projetos científicos da Coroa portuguesa requeria a manutenção de laços sociais com importantes membros da política da época. Para esse fim, ajustou a estratégia a “capitalização” da sua produção científica aos valores simbólicos do Antigo Regime, o que lhe possibilitou fazer valer a sua posição de conveniência no interior da Corte Portuguesa.

Mas à medida que a história natural se foi transformando num campo epistemologicamente autojustificado, esses valores foram-se tornando problemáticos no interior da comunidade científica. O prestígio embora contribuísse para credibilidade do homem de ciência, já não legitimava, por si mesmo, o conhecimento produzido, e também não dispensava a avaliação colectiva. Neste processo a honra foi deixando de ser valor indispensável para a prática científica dando lugar à credibilidade e à capacidade de produção de conhecimento válido, o que deixa entrever uma mudança crucial do sistema social das ciências e o início das transformações deontológicas na prática científica em Portugal.

Vandelli atuou num mundo em transformação, tendo sido criticado por alguns contemporâneos mais jovens que tinham outra percepção da “difícil arte de fazer ciência”, nas palavras do abade Correia da Serra. É no quadro dessas transformações e desses debates inerentes ao processo de desenvolvimento do conhecimento científico que a história natural foi se firmando em Portugal, num contexto de renovação política, cultural e, principalmente, mental.